

Editorial / Editorial

Os estudos de política externa, um campo transdisciplinar com profundas raízes na Ciência Política e em constante diálogo com as subáreas de Política Internacional e Políticas Públicas, representam uma considerável parcela da produção acadêmica em Relações Internacionais. Este debate não constitui uma novidade nos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Observatório das Nacionalidades, sendo um tema recorrente desde a publicação do primeiro número de *Tensões Mundiais* em 2005.

Sabemos que, ao tempo em que a política externa reflete a auto-percepção nacional e a projeta para o mundo, as nações são formadas por comunidades heterogêneas com grandes desigualdades entre seus membros. A imagem projetada é de uma pretendida coesão social que legitimaria os interesses dos grupos dominantes como sendo de toda uma coletividade nacional. A análise da política externa permite revelar os mitos que encobrem quem e o que orienta as decisões, as contradições entre as classes sociais em termos de suas condutas e motivações, além de mostrar quão efetiva é face à complexidade das relações entre povos, sociedades e Estados.

No ano de 2017, a preocupação de amplos setores da sociedade brasileira com as questões domésticas resultou em certo descaso com iniciativas de integração regional e projetos de cooperação internacional. Diante deste quadro o ON realizou, em maio de 2018, o VI Encontro *Tensões Mundiais – Política externa brasileira: novos rumos e desafios epistemológicos* –, fruto de uma proveitosa parceria entre a Universidade Estadual do Ceará/ UECE e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB.

A presente edição de TM tem como núcleo esta temática de grande significado para o estímulo à produção científica nacional, em

perspectiva transdisciplinar e inovadora, mediante a troca de saberes entre renomados especialistas e a comunidade acadêmica cearense. Iniciamos com a reprodução da entrevista concedida pelos professores Bas'lele Malomalo, Camila Alves da Costa e Mônica Dias Martins ao programa de debate da Rádio Universitária FM.

Em seguida, trazemos ao leitor quatro artigos que se originaram de apresentações de jovens pesquisadores nos grupos de trabalho do evento. Para pensar sobre os novos paradigmas da política externa com ênfase na dinâmica social e política contemporânea na América Latina, Jefferson Euclides Moura Vasconcelos escolheu aprofundar uma abordagem histórica da organização militar cubana para a defesa nacional e a guerra, cuja base é a mobilização *del pueblo uniformado*. A defesa também está presente nas preocupações de Stephanie Daenekas e Camila Costa, que enfatizam o relevante papel da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) na proteção dos recursos naturais do Continente face à cobiça das grandes potências. Elas baseiam seus argumentos nas teorias de relações internacionais,

Deslocando-nos em direção à África, de modo a ampliar a agenda de pesquisa e o diálogo científico interinstitucional, apresentamos uma análise crítica contundente do teólogo congolês e doutor em sociologia Bas'lele Malomalo sobre o multiculturalismo e os processos de cooperação entre o continente africano e o Brasil. A partir de sua experiência como docente na UNILAB, ele examina a integração de africanos/as e reflete sobre as disputas políticas no projeto de construção de um espaço democrático nesta comunidade acadêmica. Beatriz Perote e Mônica Martins prosseguem a investigação sobre as relações Brasil-África, com destaque para os desafios teórico-epistemológicos, em que as ideias de nação, nacionalidade, Estado e sociedade são problematizadas e enriquecidas. Do ponto de vista empírico, o foco do artigo é a repercussão do movimento de libertação nacional de Guiné-Bissau nas lutas atuais dos estudantes bissau-guineenses da UNILAB.

Discorrer acerca da juventude é trilhar um campo multifacetado de significações, sobretudo no caso de jovens negros/as – quer vivam em Redenção, no interior do Ceará, quer vivam na região metropolitana de Fortaleza. Rômulo Silva e Geovani Jacó,

pesquisadores do Laboratório de Estudos da Conflitualidade / COVIO da UECE, debruçam-se sobre as práticas poéticas dos coletivos juvenis das periferias e favelas, percebidas como processos de “re-existências” diante da insegurança e da violência, para buscar compreender a ação de agentes da Guarda Municipal. Este termo é usado nos estudos pós-coloniais significando a totalidade da resistência, particularmente por grupos nativos em defesa de uma maneira de vida contrária à ordem capitalista. O “território” de observação é o Grande Jangurussu, cenário de produção política e cultural.

Em relação aos processos de construção das autonomias nacionais, o artigo de Luciana Nóbrega traz uma discussão fundamental: o que é e para que ou a quem serve o Estado? De maneira densa, dialogando com diversas áreas, como direito e teoria política, a autora traz à tona a base substancial do novo Estado boliviano: a plurinacionalidade. A discussão parte da insatisfação de movimentos sociais como o Movimento ao Socialismo (MAS) que, frustrados com as sucessivas crises, ora provocadas por governos autoritários, ora por políticas neoliberais, congregavam pautas dos grupos explorados da sociedade boliviana. A realidade de lutas desses movimentos bolivianos propôs um modelo distinto de sociabilidades, fundado principalmente em concepções políticas indígenas, ou seja, contemplando a maioria de sua população.

Já o economista e diretor do Centro de Investigación y Formación Obrera (CIFO), Manuel Sutherland, destaca outras conformações na construção das autonomias nacionais. O autor destaca a enorme transferência de renda do capital importador para uma casta burocrático-militar na Venezuela, denominando-a de populismo nacionalista militarista. Sutherland aponta que tal processo se dá a partir de mecanismos macroeconômicos espúrios, como sobrevalorização da moeda e das importações a preços preferenciais, que são alguns dos desastres macroeconômicos que promovem o lumpencapitalismo baseadas, dentre outras questões, em uma política econômica centrada na renda do petróleo, que chama de “rentismo petrolero”. A partir deste diagnóstico, faz a crítica do modelo socialista (desenvolvimentista) daquele país.

Nenhuma nação moderna se constitui à revelia de seus recursos naturais estratégicos, sobretudo aquelas que extraem do petróleo grande parte de sua riqueza. O petróleo, como uma das principais matérias-primas das economias contemporâneas, detém uma dimensão estruturante também na construção da nacionalidade, pensada como comunidade imaginada historicamente, na perspectiva de Benedict Anderson. Esteban Vernik e Jorgelina Loza partem dessa abordagem para explorar ideias sobre a nação em um grupo de trabalhadores da Patagônia argentina que reproduzem discursos de grupos políticos identificados com uma ética utilitária da produção de capital. Tendo como pano de fundo duas importantes obras: “Nacionalismo e petróleo” de Gabriel Cohn e “Petróleo e política” de Arturo Frondizi, o professor argentino Milton Riquelme fundamenta sua análise da nação, da economia e da política em torno do petróleo sobre as tensões sociais que antecederam a criação das empresas Petrobras no Brasil e YPF na Argentina. O autor volta seu olhar para os conflitos de interesse entre setores nacionalistas da sociedade desses países e empresas estrangeiras que visam controlar aquele recurso estratégico.

Diante da riqueza temática desta edição, desejamos uma proveitosa leitura!

Os editores